

INFORME DA 13ª REUNIÃO DO GTA – RH PARANÁ

Realizou-se em 03/11/2021 das 15:00 às 17:20 na plataforma Microsoft Teams a décima terceira reunião do GTA – RH Paraná.

Participaram os representantes de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, além dos integrantes do GTI – RH Paraná, composto pelos representantes das unidades organizacionais da ANA: SRE, SOE, SPR, SFI, SGH e SAS. Excepcionalmente foram convidados o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, a Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia - SEE/MME, a companhia de saneamento Soluções Ambientais de Araçatuba – SAMAR, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, China Three Gorges Corporation - CTG Brasil (concessionária da UHE Jupuí) e Companhia Energética de São Paulo - CESP (concessionária da UHE Porto Primavera). A reunião foi coordenada pelo Superintendente Patrick Thomas e pelo Diretor Joaquim Gondim.

Após as apresentações iniciais, a ANA fez um resumo da discussão da última reunião do GTA sobre as condições de operação dos reservatórios de Jupuí e Porto Primavera para atendimento as restrições ambientais (piracema). Naquela reunião os órgãos gestores presentes solicitaram a avaliação do IBAMA e CTG Brasil da proposta apresentada por São Paulo.

Foi dada a palavra ao IBAMA, que destacou estar bastante sensível a crise hidroenergética, tendo autorizado a prática de vazões reduzidas em maio e junho e acompanhado as medidas de mitigação dos impactos ambientais. No entanto, quando foi consultado pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG sobre as restrições para o período chuvoso, as concessionárias CTG Brasil e CESP em dois meses fizeram um estudo que apontava a necessidade de defluência mínima em Porto Primavera de 3.900 m³/s e em Jupuí, 4.000 m³/s (se o reservatório da UHE Porto Primavera estiver na cota 257,00 m) ou 3.600 m³/s (se estiver na cota 257,30 m). O estudo foi aprovado pelo IBAMA e, posteriormente, a CREG o referendou na sua 7ª reunião de 15/10/2021.

Após reunião entre IBAMA, CTG Brasil, CESP e ONS para avaliação da proposta apresentada por São Paulo, concluiu-se por ratificar as condições de operação dos reservatórios das UHE Jupuí e Porto Primavera, especialmente pela necessidade de manter o pedral submerso para evitar o aprisionamento de peixes no período da piracema.

A CTG Brasil fez uma apresentação dos estudos e dos resultados que subsidiaram a decisão da CREG.

A ANA ponderou que as vazões praticadas atualmente em Jupuí e Porto Primavera levarão à redução dos volumes dos reservatórios a montante.

O ONS esclareceu que a defluência de 4.400 m³/s de Porto Primavera se deve às altas incrementais. A vazão defluente de Jupuí é de 3.600 m³/s.

O IBAMA apontou que o impacto na ictiofauna local pode repercutir em outras regiões.

Goiás ponderou que é preciso pesar as consequências dessa decisão no restante da bacia, especialmente os impactos ambientais nos reservatórios mineiros e nos outros setores.

Minas Gerais apoiou as manifestações de ANA e Goiás e ratificou a proposta da necessidade de respaldo técnico e da sociedade para a decisão, recebendo o apoio a ANA e dos demais órgãos gestores de recursos hídricos.

São Paulo e Mato Grosso do Sul endossaram as manifestações da ANA, Goiás e Minas Gerais.

Ibama apontou que a decisão não é do instituto e sim da CREG e sugeriu que outros setores fossem ouvidos, como a pesca.

Concluídas as manifestações, a ANA apresentou o Plano de Contingência da ANA para a Recuperação de Reservatórios do Sistema Interligado Nacional - SIN cujo mérito foi aprovado pela Diretoria Colegiada da agência em 18/10/2021. Atualmente, a ANA trabalha nos desdobramentos do Plano.

O objetivo do Plano é Indicar condições e diretrizes de operação para os principais reservatórios do SIN para o período de dezembro de 2021 a abril de 2022 para a promoção do seu reenchimento. Em alguns casos, mais de um período úmido é necessário para o reenchimento.

Enquanto vigoram a declaração de situação crítica de escassez quantitativa dos recursos hídricos e as decisões da CREG, o Plano representa uma “mudança de chave” uma vez que o objetivo para a ser a recuperação dos reservatórios e com a antecipação do período úmido, recomenda-se a execução do plano o quanto antes.

A seleção dos (dez) reservatórios mais relevantes ocorreu em função da sua localização na bacia (cabeceira), capacidade de regularização do sistema a jusante e impactos em usos da água.

Nas bacias em que já havia regras de específicas vigentes, estas foram utilizadas como referência, como é o caso das bacias do Tocantins e São Francisco.

Na bacia do rio Tocantins está em vigor a Resolução nº 70, de 2021, que estabelece a manutenção de defluência de 100 m³/s na UHE Serra da Mesa de 01/12/2021 a 30/04/2022. A expectativa é alcançar um volume útil de 35,01% em 01/05/2022.

Já na bacia do São Francisco está em vigor a Resolução ANA nº 2.081, de 2017, que prevê a defluência mínima do reservatório da UHE Três Marias de 100 m³/s na Faixa de Operação de Restrição e de 150 m³/s na Faixa de Operação de Atenção e para o reservatório da UHE Sobradinho de 700 m³/s na Faixa de Operação de Restrição e de 800 m³/s na Faixa de Operação de Atenção no período de 01/12/2021 a 30/04/2022. Espera-se alcançar em 01/05/2022 os volumes úteis de 58,95% em Três Marias e 38,52% em Sobradinho.

Importante destacar que os volumes iniciais dos reservatórios adotados foram aqueles utilizados nas simulações da ONS de setembro de 2021. Considerando a antecipação o período chuvoso, os volumes atuais são superiores àqueles adotados na simulação.

Para a bacia do rio Paranaíba, em que não há resolução específica, propõe-se para o reservatório da UHE Emborcação a defluência média semanal de 140 m³/s no período de 01/12/2021 a 30/04/2022. Espera-se alcançar no final do período o volume útil de 21,66%. Será necessária a edição de resolução.

Já para a UHE Itumbiara a vazão defluente média semanal deverá ser de 490 m³/s (< 508,11 m) ou 784 m³/s (=> 508,11m) no período 01/12/2021 a 30/04/2022. Espera-se alcançar no final do período o volume útil de 43,37%. Será necessária a edição de resolução.

Igualmente a bacia do rio Grande não há regras específicas vigentes. Assim, para a UHE Furnas a vazão defluente média semanal será de, no mínimo, 400 m³/s e da máxima defluência média de 300 m³/s para o período de 01/12/2021 a 30/04/2022. Em 01/05/2022, espera-se alcançar 44,89% do volume útil. Será necessária a edição de resolução.

Para a UHE Mascarenhas de Moraes a vazão defluente média semanal limita-se a 370 m³/s e da máxima defluência média a 300 m³/s no período de 01/12/2021 a 30/04/2022. A restrição será suspensa quando o reservatório atingir 70% de seu volume útil. Espera-se alcançar no final do período o volume útil de 75,20%. Será necessária a edição de resolução.

Para a bacia do rio Paraná, em que não há regra específica, a ANA sugere que o reservatório de Porto Primavera opere no limite mínimo ambiental em cada mês no período de 01/12/2021 a 30/04/2022. A recomendação será direcionada a ONS.

Já para os reservatórios de Ilha Solteira e Três Irmãos, há um fórum específico para o acompanhamento da operação da hidrovia e das obras do Pedral de Nova Avanhandava. Além disso, espera-se que a operação de Jupia e Porto Primavera com defluências reduzidas permita o reenchimento dos reservatórios de Ilha Solteira e Três Irmãos sem depender de aporte de água dos reservatórios das bacias do Grande e Paranaíba.

Os próximos passos são:

- Emissão das resoluções e recomendações;
- Atualização dos volumes de partida da simulação;
- Publicação de boletins diários de acompanhamento do Plano;
- Abertura de salas de crise;
- Revisões e ajustes do plano;
- Avaliação das medidas para a seca de 2022;
- Definição de condições de operação adicionais permanentes para os sistemas hídricos Parapanema, Paranaíba e Grande.

Minas Gerais sugeriu que, ao estabelecer regras específicas para a bacia do rio Paranaíba, sejam incluídos os reservatórios de domínio estadual (resolução conjunta ANA IGAM SEMAD).

Questionado pelo Paraná sobre as simulações para o Iguaçu, a ANA esclareceu que seus reservatórios têm uma dinâmica muito diferente das demais bacias, que exige uma operação no dia-a-dia pelo ONS. É desejável não “engessar” o operador nacional do sistema.

Dada a palavra aos representantes dos Estados:

- GO informou que com a recuperação dos mananciais Meia Ponte, Caldas e Piancó, que atendem a região metropolitana de Goiânia, Anápolis e seu distrito agro-industrial, não há mais restrições;
- SP informou que o reservatório equivalente da região metropolitana de São Paulo encontra-se em 39% do volume útil e o sistema Cantareira em 28,5%. Dos municípios atendidos pela SABESP, 16 estão em alerta e 2 em emergência (sem rodízio). Dos municípios não atendidos pela Sabesp, 61 estão em alerta e 25 em emergência.
- MG informou que houve em outubro chuvas acima da média e todas as restrições foram suspensas.

- PR relatou chuvas acima da média. O rio Iguaçu teve uma boa recuperação. Na região do Alto Iguaçu mesmo com os reservatórios que atendem a região metropolitana de Curitiba com 46% do volume útil (do reservatório equivalente), ainda há rodízio.
- MS informou que não restrições no estado e que há preocupação com a bacia do rio Paraná.

A próxima reunião do GTA foi agendada para o dia 12 de novembro de 2021, 6ª feira, as 10h.

Por fim, a ANA agradeceu a participação de todos e reforçou que o fórum ideal para o alinhamento entre os órgãos envolvidos na crise na bacia do rio Paraná é o GTA.